

Prefácio

O Programa do XXI Governo Constitucional e as Grandes Opções do Plano para 2016-2019, colocam o combate ao insucesso e abandono escolares e o cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos como uma das prioridades estratégicas no domínio da educação. O Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE), criado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 23/2016, de 23 de março, inscreveu na sua matriz estratégica, no quadro dessas orientações e prioridades, o princípio de que são as comunidades educativas quem melhor conhece os seus contextos, as suas vulnerabilidades e potencialidades e, conseqüentemente, quem melhor está preparado para definir e ensaiar soluções locais ao nível de cada escola e comunidade com vista à construção de respostas educativas adequadas à diversidade de situações e à melhoria da qualidade das aprendizagens de todos e de cada um dos alunos. Tal princípio, colocou as escolas e as comunidades educativas no centro da decisão, encorajou-as a desenhar e incrementar planos de ação estratégica dirigidos a problemas educativos concretos, prioridades e necessidades específicas, inspirou soluções locais criativas ancoradas em lógicas de ação *bottom-up*, induziu o desenvolvimento de culturas escolares de cooperação e colaboração territorialmente comprometidas, deu espaço e sentido estratégico ao estabelecimento de redes e parcerias, vinculando escolas e autarquias locais a compromissos de convergência escolar e alinhamento nas metas educativas a alcançar.

Os resultados alcançados, após três anos do lançamento do PNPSE, evidenciam uma significativa redução das taxas de retenção e de abandono escolar precoce, tendo-se registado em 2017/18 os valores mais baixos de sempre. Apesar de, no presente relatório, os dados surgirem quase sempre agregados por biénio, por razões que se prendem com os critérios temporais de análise e avaliação no âmbito da candidatura ao POCH, nas escolas que viriam a aplicar medidas no âmbito dos seus planos de ação estratégica, a retenção registou no ensino básico uma variação relativa de quase menos 40% em 2017/18 comparativamente a 2014/15 e uma redução de menos 16% na percentagem de alunos com pelo menos uma negativa.

As medidas de política educativa sucessivamente adotadas (nomeadamente, o próprio Programa, Formação Contínua de Professores, Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, Autonomia e Flexibilidade Curricular...), e o grande enfoque dado às escolas e aos seus profissionais, estimulando a capacidade de se auto-organizarem na resolução dos seus próprios problemas, aos centros de formação e instituições de ensino superior, entidades intermunicipais e municípios, comissões de coordenação e desenvolvimento regional e respetivas autoridades de gestão, pais e outros atores sociais com impacto educativo na comunidade, abriu espaço à produção local de respostas globalmente articuladas e complementares, explorando caminhos de possibilidades para novas ordens educativas que inscrevem o sucesso escolar das suas populações como condição natural da escola e desígnio permanente de cada comunidade educativa, explicarão em boa parte estes resultados. Neste ecossistema educacional emergente – em que o local tende a afirmar-se não como mero lugar de aplicação de políticas educativas ou de regulação pós-burocrática, mas sim como território educativo de definição de políticas e espaço público multirregulado – o plano de ação estratégica ganhou uma centralidade estruturante enquanto instrumento de operacionalização da missão e visão do projeto educativo de cada escola, ao refletir quer as necessidades de desenvolvimento profissional docente quer as prioridades e estratégias de desenvolvimento da

escola face às vulnerabilidades identificadas. Exercícios abertos e participados que privilegiaram a dimensão incremental da ação pública educativa e ensaiaram modos de regulação tendencialmente colaborativos, indutivos e partilhados, fizeram acontecer em muitos dos territórios a descentralização educativa, dando significado e sentido ao princípio da subsidiariedade, numa configuração de novas redes de relações e interdependências que terá tido nos processos desencadeados para a reelaboração dos planos municipais e intermunicipais avanços significativos na naturalização de parcerias territoriais de convergência escolar na base de compromissos educacionais comuns e que ampliariam consideravelmente as relações de confiança e as possibilidades de intervenção articulada e complementar em contexto escolar.

A conceção e as condições para a implementação das medidas dos planos de ação estratégica não foram dissociáveis das necessidades e prioridades de formação contínua sinalizadas e operacionalizadas pelos centros de formação de associação de escolas em parceria com instituições do ensino superior no quadro das prioridades estratégicas das escolas e dos interesses individuais dos docentes, como também o não foram as ações dos planos integrados e inovadores de combate ao insucesso e abandono escolares candidatados pelas entidades intermunicipais e pelos municípios aos programas operacionais regionais para financiamento. Para além das metas e indicadores de resultados comuns em ambos os planos, as tipologias de operação abrangidas nos avisos nacionais e regionais de candidatura a financiamento comunitário requeriam alguma evidência de que as atividades que integrassem os planos de combate ao insucesso e abandono escolar das autarquias fossem articulados e convergentes com os planos de ação estratégicas das escolas.

Com mais de 70 mil professores em formação contínua entre 2016 e 2018, a formação afirmar-se-ia como um recurso inovador na construção de respostas educativas e na produção e partilha de conhecimento científico sobre estratégias de prevenção e remediação, dinâmicas letivas e avaliação das aprendizagens escolares, tendo-se iniciado neste período, porventura, um processo de transição de uma lógica de formação contínua centrada sobretudo nas necessidades individuais dos professores para uma lógica de formação contínua orientada às necessidades das escolas. As análises de conteúdo realizadas dos relatórios de impacto da formação contínua, e a que se dá no presente relatório um particular destaque no capítulo II, confirmam a importância e papel estratégico da formação PNPSE realizada pelos centros de formação de associação de escolas, quer no âmbito da conceção e elaboração dos planos quer na sua posterior implementação.

Assumindo uma orientação assente mais em resultados do que em normas, o modelo de acompanhamento adotado desafiou, numa primeira fase, as escolas a ensaiar novos caminhos de possibilidades no uso inteligente da autonomia e flexibilidade pedagógica e curricular e das práticas avaliativas das aprendizagens, da reconfiguração da gramática escolar e da gestão dos recursos docentes e paradoscentes, fomentando práticas de monitorização e avaliação baseadas em evidência da adequação e impacto das medidas e do esforço de investimento a elas associadas; numa segunda fase, provocou sobretudo a organização de sessões conjuntas de trabalho entre escolas e centros de formação, abertas à participação das entidades intermunicipais e municípios e de instituições de ensino superior. Destaco alguns tópicos ilustrativos que, em última análise, sistematizam os principais focos de incidência do trabalho de acompanhamento e monitorização realizado e que estão, de algum modo, refletidos na estrutura e principais conclusões e recomendações do relatório: i) Plano de ação estratégica -

uma política educativa de bottom-up e de partilha de dinâmicas educativas; ii) Foco da ação pedagógica das escolas nos compromissos nacionais educativos e em processos de autorregulação baseados em evidências; iii) Liderança pedagógica das escolas na territorialização das políticas educativas; iv) A emergência da qualidade de sucesso a Português no 1º ciclo como uma prioridade estratégica; v) 10.º ano de escolaridade, um ano crítico na transição do Básico para o Secundário e na universalização da escolaridade obrigatória sucedida de doze anos; vi) As acentuadas assimetrias intra e inter-territoriais escolares nos ensinamentos básico e secundário e os novos e emergentes desafios no combate às desigualdades educativas e às assimetrias locais e regionais.

Os *dossiers* temáticos que encerram o presente relatório, dando conta de alguns dos projetos de investigação-ação nas áreas curriculares do Português (Leitura), da Matemática e das Ciências, em curso nas escolas no âmbito do PNPSE, são demonstrativos das novas relações de cooperação e articulação das escolas com instituições de ensino superior/centros de investigação/associações científicas e entidades intermunicipais/municípios e são uma consequência natural do alinhamento e convergência de prioridades e objetivos dos planos integrados de combate ao insucesso escolar dos municípios e comunidades intermunicipais/áreas metropolitanas com os planos de ação estratégica das escolas e com os planos de formação contínua dos centros de formação de escolas.

De uma certa maneira, o subtítulo escolhido *Escolas e comunidades tecendo políticas educativas com base em evidências* pretende ilustrar esta nova ordem educativa emergente.

José L. C. Verdasca

Coordenador da Estrutura de Missão

Julho de 2019